



Ibmec MG Working Paper – WP2

**Federalismo Fiscal, Ciclos Políticos e Reeleição:
uma breve análise do caso mineiro**

ARI FRANCISCO DE ARAUJO JUNIOR (Ibmec MG)

CLÁUDIO DJISSEY SHIKIDA (IBMEC MG)

Márcia Cristina Da Silva

(2003)

**Federalismo Fiscal, Ciclos Políticos e Reeleição:
uma breve análise do caso mineiro**

**Ari Francisco de Araujo Junior[♠]
Cláudio Djissey Shikida[♠]
Márcia Cristina da Silva[♠]**

Resumo

Este artigo procura mostrar a relação entre a reeleição para os titulares de cargos do poder executivo – reeleição dos prefeitos mineiros – com a situação dos gastos públicos municipais, abrangendo questões típicas do federalismo brasileiro e tendo como pano de fundo a teoria sobre ciclos políticos. Com base nos argumentos teóricos apresentados, entende-se que a reeleição incentiva o comportamento fiscal mais responsável. Isso ficou evidenciado pela análise do caso dos municípios mineiros. Em geral, maior controle fiscal foi verificado quando a reeleição parecia inevitável. Quantitativamente, a expectativa de reeleição provoca redução entre 2,3 a 2,8% dependendo da forma como a variável tenha sido definida. Resultado, portanto, esperado pelos modelos de Alesina e Tabellini (1990) e de Persson e Svensson (1989). O mesmo não pode ser dito para os municípios recém emancipados

Palavras-Chave: reeleição, gastos públicos, federalismo fiscal, ciclos políticos.

Abstract

This article shows that reelection and local public spendings have a consistent relationship with some stylized facts related to fiscal federalism and political business cycles. We hypothesize that the relationship between these concepts is as follows: the reelection is an incentive to a responsible fiscal behavior of local politicians. We used data of local mayors' elections and local public finance from the Brazilian's state of Minas Gerais. The empirical evidence seems to corroborate our hypothesis.

Keywords: reelection, public spending, fiscal federalism, political business cycles.

[♠] Professor Ibmec MG.

[♠] Professor Ibmec MG.

[♠] Economista.

1. Introdução: Reeleição no Brasil

A reeleição foi introduzida no país em 1997 através da Emenda Constitucional nº16, mudando a tradição brasileira, que desde 1891 data da primeira constituição republicana, proibia a reeleição de cargos do poder executivo para dois mandatos consecutivos.

O principal argumento em defesa da reeleição se baseia na racionalidade do eleitor. Em um ambiente no qual o voto é obrigatório, pode-se supor que o efeito da chamada *ignorância racional* seja minimizado¹. Através do exercício do voto, o eleitor pode premiar a boa administração com a continuidade por mais um mandato ou, da mesma forma, punir a má administração através da negativa nas urnas. A teoria tradicional do federalismo fiscal, inclusive, postula que a proximidade do eleitor aos burocratas locais tenderia a minimizar eventuais distorções (por exemplo, corrupção) na alocação de recursos. Por outro lado, alguns afirmam que a mesma descentralização poderia ter o efeito contrário. Observe que a existência de reeleição, sob cada hipótese, gera resultados distintos. Por exemplo, na hipótese de que “proximidade” seja acompanhada de “corrupção”, o argumento é o de que, nos municípios mais afastados das capitais e de pequeno porte, a permanência de prefeitos em seus cargos é facilitada pela maior proximidade com seus eleitores, os chamados “currais eleitorais”, controlados pelo poder e pela força de que dispõem².

Outra questão divide o debate sobre a reeleição: a dívida interna. O descontrole das finanças públicas além de comprometer o processo de estabilização econômica impede a retomada do crescimento produtivo, agravando os problemas sociais e impedindo a criação de novos postos de trabalho. Este artigo procura mostrar a relação entre a reeleição para os titulares de cargos do poder executivo – reeleição dos prefeitos mineiros – com a situação dos gastos públicos municipais, abrangendo questões típicas do federalismo brasileiro e tendo como

¹ O que é *ignorância racional*? Em disputas entre dois candidatos, o voto individual possui um efeito negligível em termos de decisão da eleição. Sabendo disto, os eleitores não se informam de maneira racional – no sentido de minimizarem custos nesta busca por informações – e permanecem “racionalmente ignorantes”. Isso não significa que eles não votem em um dos candidatos, mas significa que outros fatores (como a ideologia ou o *gingle* da campanha) sejam mais fortes em sua escolha do que os projetos dos candidatos, por exemplo. Por outro lado, pode-se imaginar que a competição partidária seja, em si, um bom mecanismo de incentivo à minimização desta ignorância. Isto porque os próprios partidos podem buscar informar os eleitores de suas propostas. Para uma definição de ignorância racional, ver Müller (1989), capítulo 11. Para argumentos que defendem a existência de um forte efeito minimizador desta ignorância, ver Wittman (1999).

² Um exemplo deste tipo de argumento é Prudhomme (1995).

pano de fundo a teoria sobre ciclos políticos. No caso dos municípios mineiros, maior controle fiscal foi verificado quando a reeleição parecia inevitável.

Além desta introdução, o texto está estruturado da seguinte forma: na próxima seção discutimos brevemente a situação fiscal dos municípios brasileiros e a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal como instrumento de controle do problema. Na terceira seção apresentamos os modelos de ciclos de negócios políticos (*political business cycle*) que são utilizados para dar sustentação aos resultados econométricos apresentados na quarta seção na qual analisamos o caso dos municípios de Minas Gerais. Na quinta e última seção são tecidas as principais conclusões do trabalho.

2. Dívida e Lei de Responsabilidade Fiscal

A dívida pública municipal, acumulada ao longo de vários anos, segundo Serra e Afonso (1999) deveu-se a desequilíbrios no sistema federativo brasileiro: a) devido à assimetria na distribuição de direitos e deveres entre as esferas de poder; b) existência de bancos estaduais que financiavam os seus déficits; c) possibilidade de emissão de papéis da dívida mobiliária; d) influência direta de governadores e prefeitos sobre o Congresso Nacional; e) interferência dos estados no comércio exterior; f) guerra fiscal entre os estados através do ICMS e a concessão de benefícios e até participações acionárias.

No Brasil tem sido comum a prática de operações de salvamento. Durante a década de oitenta, estados e municípios deixaram de pagar parcela significativa de suas dívidas externas, que tiveram que ser honradas pela União, “fiadora” das operações. O crédito da União junto a estados e municípios acabou sendo refinanciado por vinte anos pela Lei nº 7.976/89. Ao final de 1995, segundo dados do Banco do Brasil, que administra a cobrança do crédito, o saldo dessa dívida era de US\$ 11,6 bilhões (Mendes, 1996).

Apesar das recorrentes negociações dos juros e pagamento das dívidas (“salvamentos”), justificados pela tentativa de manter a estabilidade recém conquistada e a necessidade de firmar uma imagem externa positiva da economia brasileira, o contínuo crescimento da dívida líquida dos estados e municípios demonstram o não comprometimento destas unidades com o ajuste fiscal (ver Tabela 1).

TABELA 1 – BRASIL: DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO – EVOLUÇÃO RECENTE (% PIB).

Anos	Governo Central	Estados e Municípios	Empresas Estatais	Total	Interna	Externa
1993	9,7	9,3	14,0	33,0	18,6	14,5
1994	12,5	9,7	6,9	29,2	20,7	8,4
1995	13,2	10,6	6,7	30,5	24,4	5,6
1996	15,9	11,5	5,9	33,3	29,4	3,9
1997	18,8	13,0	2,8	34,5	30,2	4,3
1998	25,3	14,3	2,9	42,6	36,0	6,6
1999-Maio	30,6	15,5	3,5	49,6	38,8	10,8

Fonte: BACEN.

Com a Constituição de 1988, aliando-se a uma tendência mundial, o Brasil iniciou seu processo de descentralização fiscal, conferindo maior autonomia aos governos subnacionais, buscando minimizar perdas de eficiência econômica através da correta determinação de competência para cada nível de governo, a adoção de instrumentos tributários adequados para administrá-los, e a suficiência financeira a cada unidade. Contudo as mudanças contidas na Carta Magna não foram suficientes para reverter os desequilíbrios do federalismo brasileiro. O aumento das receitas municipais ocorreu principalmente pela elevação das transferências governamentais, tendo como consequência à desvinculação dos gastos dos governos locais de sua base tributária própria, dessa maneira os governos locais não são incentivados a aumentar sua arrecadação própria e nem a controlar seus gastos.

A maior liberdade conferida aos estados e municípios na condução das finanças públicas criou a necessidade de normas mais rígidas de controle e moralização de seus gestores, enfatizando ações planejadas e transparentes nas administrações públicas, culminando na elaboração da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que dispõe sobre a tributação e o orçamento e estabelece normas gerais de finanças públicas a serem observadas pelos três níveis de poder, tendo por base a filosofia do gasto responsável³.

³ Teoricamente, este “gasto responsável” está justificado nas consequências positivas que uma *restrição orçamentária rígida* traz para o desempenho econômico de empresas públicas. Para detalhes, ver, por exemplo, Shikida (1998).

Neste cenário político-econômico outras questões se unem à reeleição e ao endividamento excessivo: privatização, descentralização fiscal, moralização da gestão pública e estabilidade econômica. As finanças municipais passam a ter uma importância fundamental. Na busca pela estabilidade faz-se necessário o comprometimento de todos os entes federados. Cada um dos 5.561 municípios brasileiros, que agora dispõem de maior autonomia (notadamente fiscal), a princípio, possui melhores condições para colaborar com o desenvolvimento econômico nacional e o almejado ajuste fiscal. Entretanto, isso não necessariamente significa que seguirão esta estratégia conforme se explica na seção a seguir.

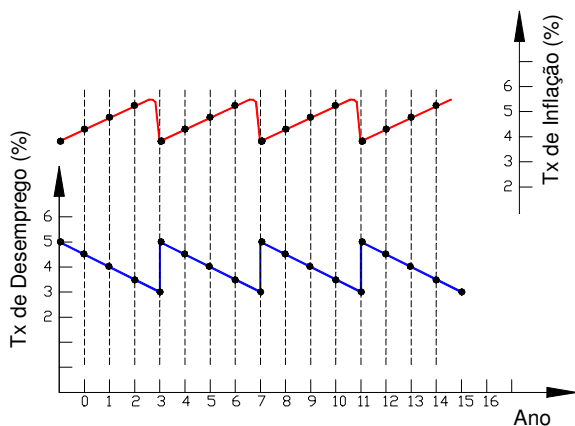
3. Ciclos Políticos

Existe uma importante literatura econômica que se refere a modelos envolvendo o efeito da reeleição sobre o comportamento do governante. Destacam-se os modelos de Nordhaus (1975), de Rogoff (1995), Alesina e Tabellini (1990) e de Persson e Svensson (1989)⁴.

Nordhaus (1975) apresenta um modelo simples de escolha intertemporal onde estas são feitas dentro de uma estrutura política. Analisa o problema da escolha entre inflação e desemprego, sob a luz da curva de Phillips (*tradeoff* entre inflação e desemprego) e das escolhas dos eleitores, tentando aferir o efeito da possibilidade de reeleição nas políticas governamentais. O ciclo econômico de origem política (*the political business cycle*) baseia-se na idéia de um padrão previsível de política. Sendo o governante racional e conhecedor da tendência do eleitor a se lembrar de fatos mais recentes, no último ano de mandato tenderá a aumentar a oferta de moeda para conseguir incremento na produção do país (ou unidade geopolítica qualquer), e assim, diminuir o desemprego. Portanto, às vésperas da eleição a taxa de desemprego ficará abaixo do ponto considerado ótimo. Em decorrência deste fato o eleitor reage positivamente nas urnas já que desconhece o *tradeoff* entre inflação e desemprego. Imediatamente depois da eleição o vencedor elevará o desemprego a algum nível mais alto para combater a inflação (ver Figura 1).

⁴ Para uma revisão mais completa e formalizada dos modelos de *political business cycle* ver, por exemplo, Nordhaus (1989) e Drazen (2000), capítulo 7.

FIGURA 1- CICLOS POLITICAMENTE INDUZIDOS.



Fonte: Elaboração Própria, Nordhaus (1975).

O modelo de Rogoff (1995) mostra que para permanecer no cargo o governante não se utiliza de política monetária como proposto por Nordhaus (1975), e sim de política fiscal (através de corte de tributos, aumento de transferências, preferência por gastos que tenham visibilidade imediata). Da mesma forma, esta medida levaria a uma resposta positiva nas urnas, mas atuaria de forma negativa nas contas públicas. Este modelo considera que a reeleição agravaria a situação de déficit fiscal.

Os modelos de Alesina e Tabellini (1990) e de Persson e Svensson (1989) foram construídos na mesma época, independentemente e por motivações diferentes. Ambos consideram que na presença de discordância entre o *policymaker* presente e futuro, a dívida pública será utilizada por cada *policymaker* para influenciar as escolhas de seus sucessores: o partido titular ao perceber que será sucedido pela oposição tenderá a elevar o nível da dívida pública, deixando pouca liberdade e comprometendo a estratégia/plataforma do governo sucessor. A dívida pública deixada tende a ser menor quando o partido atual sabe que será reeleito.

4. O Caso de Minas Gerais

Tentando entender a literatura acima a luz dos dados, apresentamos abaixo análise descritiva e econométrica das informações de finanças públicas e da reeleição das prefeituras mineiras em 2000. O objetivo é inferir se a possibilidade de reeleição incentiva o governo a se comportar de forma mais responsável em termos fiscais no primeiro mandato, ou seja, verificar se a

reeleição poderia ou não funcionar como um mecanismo regulador de gastos. É importante destacar que o ano de 2000 foi o primeiro com possibilidade real de reeleição para prefeitos. A amostra incluiu 799 municípios de um total de 853 municípios, o que representa 93,67% dos municípios mineiros.

TABELA 2 – MINAS GERAIS: RECEITA E DESPESA E REELEIÇÃO DE PARTIDO (2000).

	Municípios		
	Reeleitos	Não Reeleitos	Total
Nº Municípios	291	508	799
Porcentagem (%)	36,42%	63,58%	100%
Receita > Despesa	167	194	361
Porcentagem (%)	57,39%	38,19%	45,18%
Relação Receita/ Despesa	1,0163	0,9794	0,9929

Fonte: Elaboração própria a partir de informações do Tesouro Nacional e Tribunal Regional Eleitoral de MG.

TABELA 3 – MINAS GERAIS: RECEITA E DESPESA E REELEIÇÃO DE PREFEITO (2000).

	Municípios		
	Com Reeleição	Sem Reeleição	Total
Nº Municípios	307	492	799
Porcentagem (%)	38,42%	61,58%	100%
Receita > Despesa	174	187	361
Porcentagem (%)	56,68%	38,02%	45,18%
Relação Receita/ Despesa	1,0134	0,9800	0,9929

Fonte: Elaboração própria a partir de informações do Tesouro Nacional e Tribunal Regional Eleitoral de MG.

A TABELA 2 apresenta os dados considerando-se a reeleição do partido, ou seja, manutenção do principal cargo da administração municipal pelo mesmo partido político na eleição de 2000 em Minas Gerais. Do total dos 799 municípios analisados, 291 foram reeleitos (36,42% do total), destes municípios, 57,39% (167 municípios) apresentaram no último ano de mandato gastos mais responsáveis, respeitando suas restrições orçamentárias (no ano). Em contrapartida, dos 508 municípios que não tiveram partido reeleito, a maioria dos municípios (61,81%) apresentaram comportamento fiscal irresponsável, gastando mais que suas receitas.

O mesmo pode ser constatado pela TABELA 3 que apresenta informações considerando a reeleição do próprio prefeito, ou seja, manutenção do principal cargo da administração municipal pelo mesmo indivíduo. O número de municípios com prefeitos reeleitos foi de 307 e destes, 174 municípios (56,68%) apresentaram despesas menores que as receitas. Dos 492 municípios que não reelegeram seus prefeitos, 61,80% (305 municípios) apresentaram despesas maiores que as receitas.

Duas outras constatações importantes podem ser destacadas. A primeira é com relação ao número de reeleitos: 36,42% e 38,42%, considerando-se, respectivamente, reeleição do partido e reeleição do prefeito (indivíduo). O segundo fato interessante diz respeito à mudança de partido por uma parcela de prefeitos reeleitos, ou seja, alguns deles trocaram de filiação partidária antes de um possível segundo mandato já que o número de prefeitos reeleitos foi superior ao número de partidos que obtiveram a manutenção do poder municipal.

Análise Econométrica

Será que realmente o instituto da reeleição funciona como mecanismo que gera comportamento responsável por parte dos chefes de executivo municipal do estado de Minas Gerais? Abaixo empreendemos uma análise econométrica de modo a encontrar mais subsídios à evidência encontrada acima. Este exercício segue as idéias principais encontradas em Meneguín e Bugarin (2001).

Meneguín e Bugarin (2001) realizam um estudo com o objetivo de analisar a relação entre os gastos públicos estaduais e o instituto da reeleição no ano de 1994. Os resultados encontrados sugerem que a reeleição poderia funcionar como mecanismo de controle dos gastos públicos estaduais. Uma crítica que pode ser feita ao exercício proposto pelos autores é que como no referido ano nenhum indivíduo particular se reelegeu, eles optaram por utilizar a reeleição partidária como variável explicativa. Neste trabalho optaremos por utilizar dois modos para construção desta variável: reeleição de partido e do indivíduo (prefeito).

Nossa variável dependente é a despesa orçamentária municipal (ldesp) do ano de 2000 tabulada a partir da base de dados de Finanças do Brasil – FINBRA (2000) da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda.

A principal variável explicativa é a que representa as situações nas quais o prefeito (e o partido) foi reeleito (*proxy* de expectativa de reeleição) no pleito de 2000. Ou seja,

reelpref = 0, caso o prefeito não tenha sido reeleito e,

reelpref = 1, caso o prefeito tenha sido reeleito.

e,

reelpart = 0, caso o partido não tenha sido reeleito e,

reelpart = 1, caso o partido tenha sido reeleito.

Espera-se, portanto, que comportamento fiscal responsável [*a la* Alesina e Tabellini (1990) e de Persson e Svensson (1989)] aconteça quando as chances de reeleição (reel) são substanciais. A fonte das informações para construção da variável é Tribunal Regional Eleitoral de MG (2000).

Além disso acrescentamos duas outras variáveis de controle. A primeira diz respeito à receita orçamentária (lrec). Espera-se que a despesa orçamentária seja função crescente da receita orçamentária⁵. O estoque da dívida é outra variável de controle importante na medida em que os gastos podem crescer com a dívida tendo em vista os serviços da mesma⁶. Como a variável dívida dos municípios não está disponível utilizaremos como *proxy* o passivo financeiro municipal (lpassf). Tanto receita como dívida têm com fonte os dados de Finanças do Brasil – FINBRA (2000) da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda. Todas as variáveis com exceção da *dummy* foram logaritmizadas de modo que os parâmetros estimados podem ser considerados como elasticidades parciais. Estatísticas descritivas e correlações bivariadas entre as variáveis podem ser encontradas nas Tabelas A1 e A2 no Anexo A.

Como estamos trabalhando com unidades de análise muito heterogêneas, optamos por utilizar MQO com o estimador de White. Neste sentido, estimamos, a função $l\text{desp} = f(l\text{rec}, l\text{passf}, \text{reel})$ a na especificação linear:

⁵ Já que é difícil acreditar que a maximização da função de bem-estar social (se isso realmente ocorre) aconteça em um ponto de saciedade, no caso dos municípios.

⁶ Pode-se pensar, também, a dívida como redutora dos gastos via dificuldade de obtenção de novos empréstimos.

$$l_{desp_i} = \phi_0 + \phi_1 l_{rec_i} + \phi_2 l_{passf_i} + \phi_3 reel_i + \xi_i$$

Onde:

l_{desp_i} = despesa orçamentária,

l_{rec_i} = receita orçamentária,

l_{passf_i} = passivo financeiro (dívida),

$reel_i$ = *dummy* de reeleição (prefeito/partido),

ξ_i = perturbação aleatória,

ϕ_0, ϕ_1, ϕ_2 e ϕ_3 = parâmetros a serem estimados.

E espera-se, portanto, que:

$$\frac{\partial l_{desp}}{\partial l_{rec}} = \phi_1 > 0; \quad \frac{\partial l_{desp}}{\partial l_{passf}} = \phi_2 > 0; \quad \frac{\partial l_{desp}}{\partial reel} = \phi_3 < 0$$

Resultados

Os resultados econométricos são apresentados nas Tabelas B1 e B2 do Anexo B. Podemos notar na Tabela B1 que os modelos estimados mostram bom ajuste, em torno de 99%. Poderíamos pensar em multicolinearidade mas não é o caso já que todas as variáveis explicativas são altamente significativas. O que acontece é que grande parte da variação da despesa orçamentária é explicada pela variação da receita orçamentária. Além disso, os testes F mostram que os parâmetros estimados são confiáveis quando testados em conjunto.

Além disso, todas as variáveis apresentam sinais de acordo com o que se esperava, ou seja: receita (l_{rec}) libera gastos (l_{desp}) e a elasticidade é praticamente unitária (0,97); dívida (l_{passf}) aumenta as despesas (l_{desp}) via serviços da dívida (o aumento de 1% no estoque da dívida, medida pelo passivo financeiro, aumenta as despesas em 0,24%) e; as duas medidas de reeleição (di e dp) reduzem as despesas (l_{desp}) o que indica que elevada expectativa de reeleição ou manutenção do partido no poder induzem comportamento mais responsável no

âmbito fiscal. Quantitativamente, a expectativa de reeleição provoca, no caso da amostra de 798 municípios (perdemos 1 município devido a linearização), redução entre 2,3 a 2,8% dependendo da forma como a variável tenha sido definida (di ou dp). Resultado, portanto, esperado pelos modelos de Alesina e Tabellini (1990) e de Persson e Svensson (1989).

Será que estes resultados persistem no caso dos municípios criados recentemente? Em dezembro de 1995, através da Lei 12.030, o estado de Minas Gerais aprovou a criação de novos municípios⁷. Para responder a pergunta acima decidimos dividir a amostra e duas sub-amostras, uma com os municípios antigos e outra com os municípios emancipados em 1995, e estimar regressões análogas as estimadas para a amostra completa. Os resultados podem ser encontrados na Tabela B2 no Anexo B.

As regressões são confiáveis e os sinais são aqueles esperados como nos resultados para a amostra completa. Para os municípios mais antigos, a força das *dummies* de reeleição (di e dp) ainda é mais forte e altamente significativa. Para os emancipados recentemente, além de apresentarem efeito negativo mais fraco, elas não apresentam grau de confiabilidade aceitável o que sugere uma maior dificuldade no controle das despesas no ano de reeleição mesmo que exista expectativa de sucesso no pleito.

Uma possível explicação para este resultado talvez possa ser a inerente falta de controle que as emancipações de municípios representam. Se se aceita que a motivação das emancipações tenha sido basicamente política – a busca de rendas especiais representadas pelo Fundo de Participação de Municípios (FPM) para a região – então, o pequeno período de tempo decorrido entre a emancipação e a primeira eleição não seria suficiente para “disciplinar” os governos locais. Vale dizer, para os municípios criados em 1996, a eventual vitória, em 2000, do grupo governante local representaria a soma de dois efeitos: o efeito *rent-seeking* derivado do “sucesso” da emancipação, contraposto ao das ações de grupos concorrentes que pressionariam o governante local por maior austeridade fiscal,⁸ dificultando a determinação do sinal do coeficiente de reeleição nestes municípios.

⁷ Para uma boa discussão sobre a criação de municípios a partir da Constituição de 1988 ver Tomio (2002).

⁸ Possivelmente porque o tempo decorrido entre a emancipação e a primeira “reeleição” pode ter sido pequeno para que estes grupos pudessem se organizar.

5. Conclusão

Os resultados encontrados para os municípios mineiros na eleição de 2000 sugerem que a reeleição incentiva o comportamento fiscal mais responsável por parte dos governos municipais, com exceção daqueles emancipados recentemente. Podemos considerar, ainda que de forma preliminar, o político como um estrategista que tendo chance de ser reeleito não contrai dívidas excessivas já que deverá arcar com seu ônus no próximo mandato, mas em contrapartida, não sendo candidato ou sem chances de ser reeleito, tenderá a influenciar a ação de seu sucessor elevando o nível da dívida pública e comprometendo a performance do novo governante. Isto posto, fica claro a necessidade de maior controle sobre nossos governantes. Devido a falhas no sistema político-eleitoral brasileiro os políticos possuem um grau de independência muito grande em relação aos partidos e buscam, cada qual a sua maneira, no erário público, o “patrocínio” para suas campanhas.

Outro problema é relacionado aos desajustes do federalismo fiscal vigente, que não é capaz de controlar e estabelecer regras rígidas para tornar a restrição orçamentária forte, impedindo que estados e municípios gastem além de suas possibilidades.

Entende-se que a reeleição, em si, não é um mal e que a sua extinção em nada contribuiria para a redução da dívida pública, contrariando o argumento de seus opositores. Ao se extinguir a reeleição:

“... estar-se-ia extinguindo também as externalidades positivas que esse instituto promove no controle dos gastos governamentais. Em vez de extinguir a reeleição, entende-se que existem melhores alternativas, como a aprovação de uma legislação eleitoral mais forte que coibisse mais rigorosamente o uso da “máquina administrativa” em proveito próprio, juntamente com uma fiscalização eficiente por parte da Justiça Eleitoral e uma apenação eficaz, de forma a desestimular efetivamente o governante de se promover à custa de recursos públicos. Outra alternativa seria mudar a legislação de maneira a exigir do governante que se afastasse de suas funções alguns meses antes do pleito, caso optasse por se candidatar novamente...” (Meneguim e Bugarin, 2001).

Assim, com base nos argumentos apresentados (esperamos poder encontrar evidência parecida com os dados das eleições municipais de 2004), entende-se que a reeleição incentiva o comportamento fiscal mais responsável. Isso ficou evidenciado pela análise do caso dos municípios mineiros. Em geral, maior controle fiscal foi verificado quando a reeleição parecia inevitável. Os modelos de Alesina e Tabellini (1990) e de Persson e Svensson (1989) parecem funcionar melhor neste caso. Vale ressaltar a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal em 2000.

Bibliografia

ALESINA, A., TABELLINI, G. *A Positive Theory of Fiscal Deficits and Government Debt*. Review of Economic Studies, n. 57, 1990.

DRAZEN, A. *Political Economy in Macroeconomics*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

MENDES, M. J. *Restrição Fiscal a Estados e Municípios no Brasil*. Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial. Mimeo, 1996.

MENEGUIN, F. B., BUGARIN, M. S. *Reeleição e Política Fiscal: um estudo dos efeitos da reeleição nos gastos públicos*. Economia Aplicada, n.3, 2001.

MÜLLER, D.C. *Public Choice II*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

NORDHAUS, W. D. *The Political Business Cycle*. Review of Economic Studies, n.42, 1975.

NORDHAUS, W. D. *Alternative Approaches to the Political Business Cycle*. Brookings Papers on Economic Activity, v.1989, n.42, 1989.

PERSON, T., SVENSON, L. *Why a Stubborn Conservative Would Run a Deficit: policy with time-inconsistent preferences*. Quarterly Journal of Economics, n. 104, 1989.

PRUD'HOMME, R. *The Dangers of Decentralization*. The World Bank Research Observer, USA, v.10, n.2, 1995.

ROGOFF, K. *Equilibrium Political Budget Cycles*. American Economic Review, n. 80, 1995.

SERRA, J., AFONSO, J. R. R. *Federalismo Fiscal à Brasileira: algumas reflexões*. Revista do BNDES, v. 6, n. 12, 1999.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL/MINISTÉRIO DA FAZENDA. 2000. *Finanças do Brasil – FINBRA*. Disponível em: http://www.stn.fazenda.gov.br/estados_municipios.

SHIKIDA, C.D. *A Economia Política de Emancipação de Municípios em Minas Gerais*. Trabalho premiado com a segunda colocação no III Prêmio Tesouro Nacional, categoria "Tópicos Especiais de Finanças Públicas", Secretaria do Tesouro Nacional, 1998.

TOMIO, F.R.L. A Criação de Municípios após a Constituição de 1988. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.17, n.48, 2002.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MG. 2000. *Resultados das Eleições Municipais*. Disponível em: http://www.tre-mg.gov.br/eleicoes_2000/2eleicoes2000.htm.

WITTMAN, D.A. *O Mito do Fracasso da Democracia – Por que as Instituições Políticas são Eficientes*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

Anexo A

Tabela A1 - Estatísticas Descritivas das Variáveis Utilizadas (em logs).

Variável	Obs.	Média	Desv.Pad.	Min.	Max.
lresp	799	15.30834	.9246879	9.694532	21.13982
lrec	799	15.29748	.9191607	9.754029	21.12148
lpassf	798	13.02149	1.458128	4.330733	19.75377
reelpref	799	.3842303	.4867174	0	1
reelpart	799	.3642053	.481508	0	1

Fonte: Elaboração dos Autores.

Tabela A2 - Correlações Bivariadas entre as Variáveis Utilizadas.

Correl.	lresp	lrec	lpassf	reelpref	reelpart
lresp	1.0000				
lrec	0.9960	1.0000			
lpassf	0.6800	0.6596	1.0000		
reelpref	-0.1021	-0.0860	-0.1681	1.0000	
reelpart	-0.0815	-0.0637	-0.1225	0.6745	1.0000

Fonte: Elaboração dos Autores.

Anexo B

TABELA B1: Regressões MQO com Correção para Heterocedasticidade (White)
(t-estatísticos são apresentados abaixo dos coeficientes correspondentes)

Variável Dependente	Idesp		Idesp	
	toda amostra		toda amostra	
	[1]		[2]	
lrec	0.9754	*	0.9753	*
	226.01		232.96	
lpassf	0.0243	*	0.0245	*
	7.70		8.03	
di	-0.0233	*		
	-3.80			
dp			-0.0287	*
			-4.66	
constante	0.0788	***	0.0793	***
	1.85		1.91	
No. de observações	798		798	
R2	0.9930		0.9931	

FONTE: Elaboração dos autores a partir dos resultados das regressões.

(*) para p-values menores ou iguais a 0.01; (**) para p-values \leq 0.05; (***) para p-values \leq 0.1.

TABELA B2: Regressões MQO com Correção para Heterocedasticidade (White)

(t-estatísticos são apresentados abaixo dos coeficientes correspondentes)

Variável Dependente	Idesp municípios antigos		Idesp municípios antigos		Idesp recém emancipados		Idesp recém emancipados	
	[3]		[4]		[5]		[6]	
lrec	0.9741 215.71	*	0.9741 220.13	*	0.9869 29.37	*	0.9919 30.94	*
lpassf	0.0259 7.43	*	0.2630 7.64	*	0.1732 3.11	*	0.0175 3.87	*
di	-0.0251 -3.77	*			-0.0162 -0.94			
dp			-0.0308 -4.51	*			-0.0270 -1.46	
constante	0.0777 1.79	***	0.0741 1.76	***	-0.0073 -0.02		-0.0752 -0.16	
No. de observações	717		717		81		81	
R2	0.9934		0.9934		0.9293		0.9305	

FONTE: Elaboração dos autores a partir dos resultados das regressões.

(*) para p-values menores ou iguais a 0.01; (**) para p-values <= 0.05; (***) para p-values <= 0.1.